

# **QUANDO BRIGAM AS COMADRES SABEM-SE AS VERDADES. ELITE PROVINCIAL E AS ORIGENS DO PARTIDO PARLAMENTAR DE 1853.**

Suzana Cavani Rosas  
(Universidade Federal de Pernambuco)

**Resumo:** Este artigo analisa a formação de uma combativa oposição conservadora na Câmara a um gabinete do seu próprio partido, o de Rodrigues Torres, em 1853. Tenciona-se, em suas páginas, identificar as origens dessa oposição no conflito envolvendo os *guabirus* e os delegados do poder central em Pernambuco, os presidentes de província, entre 1851 e 1853. Nesse sentido, pretende-se mostrar que, apesar da centralização política e da homogeneidade ideológica e de treinamento da elite imperial, a bancada *guabiru* na Câmara esteve articulada com seus correligionários na provincial na defesa de seus interesses locais, acolhendo e defendendo os reclamos vindos da imprensa e da Assembleia Província de Pernambuco contra o gabinete, através de uma frente parlamentar, composta de políticos da situação, identificada em razão dessa peculiaridade, como *Partido Parlamentar*.

**Palavras-Chaves:** Partido Parlamentar, conflito político, interesses provinciais, elite imperial.

**Abstract:** The article deals with the formation of a combative conservative opposition within the ruling conservative party led Rodrigues Torres in 1853. This group was composed of both pernambuco's conservative deputies in the Provincial Assembly and their counterparty in the Imperial Parliament between 1851 and 1853. This conflict had its origins in the growing opposition to policies and decisions made by provincial Presidents appointed by the conservative central government which were contrary to local interests known as the Parliamentary Party, this alignment of Pernambuco's conservative deputies who opposed the central government led by their own part took place despite the common training and homogeneous ideology of Brazil's imperial political elite

**Key-words:** Parliamentary Party, political conflict, provincial interest, imperial elite.

Este trabalho pretende reconstituir o conflito político nas fileiras do partido conservador, envolvendo os presidentes da província e os membros do seu partido em Pernambuco, no período que se seguiu à Rebelião Praieira e o que antecedeu o Gabinete da Conciliação (1851-1853). Nessa direção, tem a intenção de desvendar os fatores políticos responsáveis pela formação de uma oposição na Câmara dos Deputados, em 1853, composta de diversas lideranças do partido da situação e com destacada presença de deputados *guabirus* a sua frente, denominada de *Partido Parlamentar*<sup>1</sup>.

Nessa incursão, busca-se problematizar a relação entre a elite política regional e a nacional, entendida a primeira como aquela que não possuíam projeção política além das fronteiras de sua província. Já a elite nacional será compreendida como a constituída de lideranças políticas com assento no Parlamento (Senado e Câmara), no executivo (ministério) e demais instâncias do poder central. Nossas conclusões apontam para a consolidação de articulações, no período em estudo, entre ambas as

elites, em defesa dos interesses provinciais, apesar de toda a homogeneização de treinamento próprio a de expressão nacional, assinalada por José Murilo de Carvalho, em análise já clássica<sup>2</sup>. Essa unidade de ação entre ambas as elites, contudo, não foi imediata e nem de fácil consecução, haja vista que a referida contenda entre os *guabirus* em Pernambuco e os presidentes revelou-se grave, desde 1851, enquanto no Senado ela ganhou expressão um ano depois e na Câmara, somente em 1853.

O caminho para a compreensão dos motivos que levaram os conservadores de Pernambuco – *os guabirus* - a arremetarem uma frente oposicionista na Câmara contra um gabinete de seu partido, passa pela escolha dos presidentes da sua província após a Praieira, conforme assinalou Joaquim Nabuco.<sup>3</sup> Esse conflito iniciou-se na Assembleia Provincial e expressou a força de uma bancada bem articulada em torno dos problemas regionais. Sendo a presidência da província um cargo dos mais cobiçados pela elite imperial e de uma importância ímpar para a boa articulação dos ministérios, com suas bases políticas por todo o Império, era de se esperar que fosse em torno da escolha dos nomes para este posto, e também da conduta desses no cargo, que os conservadores de Pernambuco viessem a se desentender com seus correligionários nos ministérios. E, de fato, foi exatamente isso o que aconteceu na década de 1850, para desencanto e revolta da liderança do partido conservador na Província.

Vivenciava-se, naquela ocasião, uma situação muito semelhante a que ocorrera quando os liberais estiveram no poder, entre 1844-1848. Naquela época, os *praieiros* andavam em desacordo com o governo do seu partido, também em razão da indicação dos presidentes de sua província. Um problema que só foi solucionado com a indicação de Chicharro da Gama para o posto, em 1845. Embora não fosse natural de Pernambuco e nem seu representante político no parlamento, esse liberal era bastante afinado e relacionado com as lideranças praieiras, o que foi fundamental para instalar a paz entre as partes em litígio.<sup>4</sup>

No horizonte político dos *guabirus*, a questão das presidências não dizia respeito à mera indicação de um conterrâneo para esse posto. Até porque no Império a escolha dos presidentes pelos ministérios tendia a contemplar no cargo políticos estranhos às províncias, para melhor governá-las. Devendo-lhe caber a árdua tarefa de mediar, na medida do possível, os interesses regionais com os nacionais em sua administração. Desse modo, buscava o ministério evitar o pendor desses seus representantes nas províncias para o lado das facções e mazelas políticas locais.

Para os *guabirus*, o fundamental, sempre fora contar com um presidente com trânsito e boas relações no seu meio, independente dele ser pernambucano. Todavia, não se deve esquecer que, no caso das províncias de maior quilate político e econômico, houve ocasiões em que os “naturais da terra” foram agraciados com o governo de suas províncias. Pernambuco esteve nesse caso durante governo do Barão da Boa Vista<sup>5</sup>. Por volta de 1850, provavelmente, os conservadores de Pernambuco sentiam saudade daquele passado recente e que tanto contrastava com a enorme insatisfação sentida por eles, após a Rebelião Praieira, em relação às presidências, que se sucediam sem conseguir satisfazê-los. Uma situação bastante constrangedora para uma facção do partido conservador que se julgava no direito, com a queda da situação liberal em 1848, de ter enorme influência na indicação dos presidentes de sua província, considerando, inclusive o seu papel na repressão aos rebeldes, em defesa da “preservação da integridade” e da ordem do Império.

Mas, no período aqui tratado (1850 e 1853), indubitavelmente, os presidentes de Pernambuco, de comum com os *guabirus* só tinham a filiação partidária, pois as suas administrações foram condenadas e hostilizadas implacavelmente por eles. Assim, num curto espaço de tempo, as relações do ministério e do seu delegado na presidência de Pernambuco começaram a esgarçarem-se e tornarem-se insustentáveis, tanto na Província quanto nos meios parlamentares da Corte. Estas presidências, caras aos *guabirus*, foram precisamente três: a do mineiro Souza Ramos (1850-1851) e as dos baianos: Victor de Oliveira (1851-1852) e Francisco Antônio Ribeiro (1852-1853).

A alternância de três presidentes em tão curto espaço de tempo não pode simplesmente ser atribuída à estratégia de circulação e não fixação dessas autoridades no cargo, visando distanciá-las do “desagregador” regionalismo ou localismo. Tal estratégia realmente marcou a formação e trajetória dos ocupantes desse importante posto político no Império, e, em nenhum momento, estamos negando-a no Império. Contudo, ela se explicava também, em algumas conjunturas, pela pressão infligida ao presidente por parte das elites provinciais. Este seria exatamente o caso de Pernambuco, entre 1851-1853.

Claro que em momentos como esses o partido da situação poderia contar também com a ajuda da oposição em seu combate ao governo. Porém, a julgar pelo que corria na imprensa *praieira*, o seu posicionamento pendeu mais a favor do presidente e menos para lado dos *guabirus*, como veremos no correr desse artigo. Voltando as

insatisfações dos *guabirus* com as presidências, note-se ainda, que sequer na lista dos vice-presidentes eles se viram contemplados no período, conforme declarou o jornal *A União*, em 1853: *Que mais tem ganho Pernambuco(...)? O dar-se-lhe a conhecer tacitamente que não possui capacidade de sobejo para completar a lista dos vice-presidentes?*<sup>6</sup>

O problema em questão, dizia respeito aos lugares vagos na lista dos vice-presidentes, que ao todo devia constar de seis nomes. Assim, alegavam os *guabirus*, a necessidade de complementação desses lugares vagos por motivo de falecimento dos seus antigos ocupantes.

Mas qual seria a relevância do vice-presidente no contexto da política do Império? Como em toda parte, como vice, lhe cabia responder pela administração da província na ausência do presidente. Porém, como no Império o tempo médio de permanência dos presidentes era de um ano e meio, mais ou menos<sup>7</sup>, o vice, até a chegada do novo indicado ao cargo, governava com muita frequência! Além do mais, os indicados para vice eram sempre políticos naturais da província, ao contrário dos presidentes, alguns até nem tinham projeção nacional. O fato de constarem da lista é que lhes trariam prestígio para tanto. Por tudo isso, mais tarde, ao fim dessa contenda entre presidentes e seu partido em Pernambuco, lembraria a imprensa *guabiru*, com bastante satisfação: *A nomeação dos vice-presidentes (...), tem hoje uma importância que é fácil verificar na satisfação com que foi recebida por todos os pernambucanos amigos da ordem e interessados sinceramente na prosperidade desta província*<sup>8</sup>.

Os gabinetes Monte Alegre e Rodrigues Torres<sup>9</sup>, sobre os quais recaíam as principais queixas dos *guabirus* relativas aos presidentes, de pronto tinham uma explicação razoável para justificar a indicação dos governantes de Pernambuco, expressa nas páginas de um jornal *ministerialista* no Recife:

Em Pernambuco o partido de oposição organizou-se com mais força do que nas demais províncias, com mais ardor nos seus ódios, com mais exageração nas suas pretensões: das frações oposicionistas, a fração prairieira é a mais hábil, a mais forte, a mais ousada e implacável. A presença desta fração tem necessariamente exaltado, ao menos na parte das questões pessoais, os sentimentos de seus adversários: nestas circunstâncias, a política central é difícilíssima: cumpre que ele lance mão de homens de outras províncias, que embora firmes nos princípios políticos e no pensamento administrativo (...) não tenham, todavia, **precedente de ódio ou amizade na parte pessoal das questões da província** (grifo nosso).<sup>10</sup>

Os ministérios, portanto, nunca agiram de forma aleatória com relação à escolha dos presidentes de Pernambuco, mas com muita habilidade e cuidado, procurando não entregar o governo dessa província a administradores diretamente envolvidos na guerra civil de 1848, ou excessivamente identificados com as lideranças do partido *guabiru*. Desse modo, ao isolarem os conservadores pernambucanos do executivo local de sua província, tentavam evitar a ação revanchista do partido vitorioso em 1848 contra o derrotado, a reação deste contra aquele e o retorno à desordem na recém-pacificada província.

O presidente Souza Ramos, sucessor de Honório Carneiro Leão (depois Marquês de Paraná), de modo algum conseguiu contar com o apoio e a adesão dos chefes do partido *guabiru*. Personalidade sem muitas ligações com os conservadores pernambucanos, autoridade pouco passional e radical em sua conduta política, logo cedo despertaria a desconfiança da bancada provincial e também do Senador e Marquês de Olinda. A esse respeito, os liberais lembravam aos *guabirus*, em 1851, não ser nada adequado o seu comportamento hostil contra os presidentes do seu próprio partido na imprensa.<sup>11</sup>

Contudo, a presidência de Souza Ramos nem de longe correspondia ao quadro “medonho” pintado pelos *guabirus* na imprensa e em seus pronunciamentos legislativos, muito embora fosse ela, realmente, condescendente com os *praieiros* e aberta ao diálogo com sua ala moderada. De acordo com as queixas dos seus correligionários, além de permitir ajuntamentos subversivos, chegava ao extremo de relacionar-se melhor com os liberais do que com os seus companheiros de partido. Exageros à parte, duas medidas tomadas pelo presidente revelava tal inversão: a transferência dos presos políticos do presídio de Fernando de Noronha para o Forte do Brum, no Recife, e a concessão de anistia aos rebeldes da Serra Negra. De todas essas iniciativas, a última foi a que mais críticas recebeu dos seus pares. Ao conceder anistia aos rebeldes da Serra Negra, ligados à Praieira no Sertão da província, o presidente mexeu num vespeiro e teve de ouvir nas sessões da assembleia provincial todo tipo de insulto e censura dos deputados da situação. Entre os que protestaram, destacava-se a voz do conservador e ultra-reacionário Monsenhor Pinto Campos, uma das futuras lideranças do *Partido Parlamentar*<sup>12</sup>. A decisão da transferência dos presos de Fernando de Noronha, que se viram bem mais amparados e seguros no cárcere em Recife do que naquele distante arquipélago, encontrou a mesma resistência nos meios conservadores

que a anistia concedida aos rebelados do Sertão. Note-se que a transferência dos presos de Fernando de Noronha foi também de suma importância para a reorganização do partido liberal, porque suas lideranças, no Recife, tiveram livre acesso aos encarcerados na fortaleza do Brum<sup>13</sup>.

Diferentemente dos *guabirus*, os *praieiros* tanto não hostilizaram essa administração que, a certa altura, viram-se até na contingência de se apartarem delas publicamente, de modo a se portarem como seria esperado de um partido dito de oposição! Por meio da sua imprensa ressaltaram que Souza Ramos era devotado a uma política que os liberais estigmatizavam – a conservadora-, porém, como seu governo fora guerreado pelos *guabirus* e tinha cuidado da *sorte dos presos políticos*, se viram na contingência *cristã* (não política) de defendê-lo<sup>14</sup>. E para não passar em branco na sua condição de oposição, criticaram-no ao menos por sua política de recrutamento e por sua fraqueza em punir os *guabirus* envolvidos no tráfico de escravos. Essa última acusação estava diretamente ligada ao problema do desembarque ilegal de escravos, ocorrido no litoral Sul.

A substituição de Souza Ramos na presidência, em 1851, embora a princípio fosse tudo quanto os *guabirus* mais almejassem, esteve distante de restabelecer a paz entre eles e o governo de Província. Pelo contrário, pode-se dizer que foi durante a administração do presidente seguinte, Victor de Oliveira, que o conflito entre o governo provincial e o seu partido se agravou. Primeiro, porque o novo presidente, tal como o antigo, não era um político ligado ao partido conservador de Pernambuco. Além disso, sua postura política, tida como condescendente com os liberais, logo cedo atrairia contra si a maioria das lideranças do seu partido na província. Por último, sua inexpressiva projeção política no cenário nacional o tornava um governante sem o devido respaldo para impor sua autoridade aos conservadores.<sup>15</sup>

Victor de Oliveira, mal pisou no Recife, teve de enfrentar dois problemas graves: a criação da Sociedade Liberal Pernambucana e a Revolta dos Marimbondos. Dessa prova de fogo não sairia ileso, devido mesmo à interferência dos seus correligionários nesses acontecimentos. A fundação da Sociedade Liberal Pernambucana, no final do ano de 1851, deixou os *guabirus* desconfiados do presidente, que nada fez contra sua criação. Para a maioria deles, essa postura do governo era inadmissível, tendo em vista que essa instituição defendia uma causa considerada

perigosa e subversiva à Monarquia, a convocação de uma assembleia constituinte. A esse respeito, os dois primeiros artigos do seu estatuto eram bem claros:

Artigo 1º, a Sociedade Liberal Pernambucana tem por fim estabelecer por meio de reformas convenientes o elemento democrático no governo no país, dar-lhe o devido desenvolvimento e a necessária garantia.

Artigo 2º, a sociedade reconhece que o único meio possível para conseguir o seu fim é a convocação de uma constituinte.<sup>16</sup>

O próprio ministro da Justiça (Eusébio de Queirós) daria mais tarde ganho de causa, na questão, aos *guabirus*, mostrando-se preocupado, em seu relatório de 1852, com o aparecimento em Pernambuco de uma associação favorável à realização de uma constituinte. Porém, apesar de solidarizar-se com os seus conterrâneos e companheiros de partido, nada de concreto foi feito pelo governo para inibir a movimentação liberal, em torno da daquela entidade<sup>17</sup>.

A Sociedade Liberal Pernambucana, livre da perseguição do governo, rapidamente avançaria pelo interior da Província após a sua fundação no Recife, recebendo a adesão de muitos senhores de engenhos, de engenhocas, do clero e da militância praieira, da Zona da Mata ao Agreste. Foi assim em Goiana, Escada, Nazaré, Rio Formoso, Vitória de Santa Antão, Limoeiro, São Lourenço, Pau D'Alho, Água Preta, Igarassu e Caruaru.<sup>18</sup>

As velhas lideranças *praieiras* apoiaram a referida entidade, como no caso de Felipe Lopes Neto, José Higino de Miranda e Antônio da Costa do Rego Monteiro. Outros, mesmo não se filiando a ela, apoiaram-na, como fizeram Jerônimo Villela Tavares. Até mesmo o republicano Borges da Fonseca prestou-lhe sua colaboração. Muitas dessas lideranças, mesmo de dentro das prisões do Recife, influíam nas decisões desse núcleo liberal. Mas nem todos os membros da Sociedade Liberal Pernambucana estavam associados à Praieira. Alguns, como o jornalista e advogado Nascimento Feitosa, ingressaram no partido liberal após a Rebelião.

O sucesso dessa associação podia ser avaliado pela projeção do seu jornal na imprensa, *O Liberal Pernambucano*, sem dúvida um dos mais importantes periódicos oposicionistas da Província, no período de 1852 a 1860. Dentro do contexto do século XIX, uma folha como aquela, do porte do *Diário de Pernambuco*, de publicação diária, regular e sustentada por particulares, demonstrava bem o êxito dos *praieiros* em sua luta para reorganizarem seu partido. Entretanto, sem a complacência e a tolerância política

de Souza Ramos e do seu sucessor, talvez esse renascimento do partido liberal ficasse adiado para outra ocasião.

Assim, enquanto Victor de Oliveira ia permitindo as reuniões liberais por toda a parte, os *guabirus* começaram a mobilizar-se no sentido contrário. Para tanto, contavam com o apoio velado do chefe de polícia, Figueira de Melo, e das demais autoridades a ele atreladas. A repressão dos *guabirus* a reuniões da Sociedade Liberal Pernambucana teve como palco a cidade do Rio Formoso, na Zona da Mata Sul. Ali, em fevereiro de 1852, os conservadores dissolveram à bala o encontro promovido pelos *praieiros*. Informado do ocorrido, o presidente foi enérgico e não hesitou em afastar da chefia da polícia Figueira de Melo, o que muito repercutiu no Senado, onde o Marquês de Olinda dirigiu ao governo central o seguinte desabafo e repreensão:

Atente o Ministério para a gravidade desse fato [a demissão do chefe de polícia], a necessidade de conservar inteira a opinião que sustenta o governo, a força moral de que gozam as autoridades, a necessidade que há de colaborar a sua ação. Atente ao estado de Pernambuco, veja que consequência pode ter a mudança de um funcionário tão importante que tem figurado nos negócios daquela província.<sup>19</sup>

Na verdade, a permanência de um chefe de polícia tão ligado aos *guabirus*, num posto estratégico como aquele, indicava que o governo central não podia isolar ou neutralizar por completo a facção local do seu partido do governo provincial, mesmo no caso de uma província que havia atravessado uma guerra civil. Afinal, o ministério não poderia agir com os seus correligionários como fazia quando tomava o poder dos seus adversários políticos nas províncias: simplesmente mudando de “cabo a rabo” todas as autoridades do governo de então, desde o chefe de polícia até o inspetor de quartelão.

Os problemas com o chefe de polícia vinham perseguindo o presidente desde a eclosão da Revolta do Marimbondo, quando Figueira de Melo tudo fez para convencê-lo do envolvimento dos *praieiros* nessa insurreição camponesa. Tal acusação tinha um único objetivo, o de inaugurar uma nova fase de perseguição e retaliação aos liberais por parte do governo. Os *praieiros*, ao perceberem o perigo que os rondava, trataram logo de eximir-se de qualquer compromisso com a Revolta dos Marimbondos na imprensa, lembrando o papel desempenhado por alguns dos membros do seu partido para conter e controlar aquele protesto desesperado do povo do interior contra os famosos decretos imperiais, que pretendiam instituir no país, o registro civil de nascimento e óbito e o censo populacional.<sup>20</sup> Do lado do presidente, circulou na

imprensa documentos oficiais que afirmavam a intenção do Chefe de polícia de exagerar a gravidade daquele momento: *Estou (...) persuadido de que V. S. carrega sempre de negras cores a narração dos movimentos populares não o faz senão com o designo assaz louvável de fortalecer o meu zelo pelo serviço (...)*<sup>21</sup>. O teor dessa declaração, irritou, logicamente, os aliados de Figueira de Melo.

Controlada a rebelião, o presidente pronunciou-se na Assembleia Provincial sem nenhuma menção à relação dos *praieiros* com a Revolta dos Marimbondos. Finalizando seu discurso, sob a observação atenta de uma platéia de deputados provinciais *guabirus*, lembrou o ocorrido no Rio Formoso por ocasião da reunião da Sociedade Liberal Pernambucana, fazendo questão de recriminar as pessoas que, em nome do governo, a reprimiram violentamente.<sup>22</sup> O plenário da assembleia, constituído em sua totalidade de conservadores, não o poupou de severas críticas.

Vitor de Oliveira deixou o cargo logo em seguida ao desfecho do seu discurso na Assembleia Provincial, mas o seu substituto no governo, Antônio Ribeiro, não teve na sua chegada uma recepção muito calorosa do seu partido. Desconhecido dos meios conservadores da província e sem grande notoriedade nos meios políticos da Corte, ele mal desembarcava em terra firme e já estava a ouvir de um deputado provincial o seguinte conselho, seguido de uma dura crítica aos seus antecessores no cargo: *sua excelência (...) compreenderá melhor a situação da província do que os seus antecessores, cuja administração indecifrável e híbrida deixou a província em situação melindrosa.*<sup>23</sup>

Depois dessa recepção, o novo administrador até que agradou aos *guabirus* nos seus primeiros meses de governo. Não poupou esforços para melhorar a sorte das autoridades policiais envolvidas na repressão à reunião liberal no Rio Formoso e, segundo a imprensa liberal, portou-se menos tolerante para com a oposição. Tudo isso trouxe um pouco de tranqüilidade ao partido conservador em Pernambuco.

A eleição de 1852 para a Câmara dos Deputados, todavia, reanimaria as velhas rixas entre os presidentes e as lideranças *guabirus*. Naquele pleito, por usar e abusar de seu poder para fazer valer a sua vontade nas urnas, ou a do gabinete, o presidente desagradou a todos os partidos, inclusive ao seu, que não mediu esforços para combater certas candidaturas advogadas pelo governo de Pernambuco. Aliás, pode-se dizer que no seu governo o conflito nas fileiras do partido conservador chegou ao ápice e alcançou ampla repercussão no Parlamento.

Mas, antes da eleição, uma notícia vinda da Corte deixou indignados os conservadores de Pernambuco. O ex-presidente Souza Ramos, figura de triste memória para eles, havia sido indicado para o posto da Justiça no gabinete que sucedeu o de Monte Alegre. Tal nomeação, na proximidade de uma eleição, só poderia ser encarada com desconfiança pelos ferrenhos inimigos do novo ministro, elevando, mais ainda, os ânimos na proximidade do importante pleito. Nessa eleição, tão aguardada pelos *guabirus*, o governo não foi nada tolerante com o partido liberal e, nesse sentido, sua política conseguiu satisfazer aos conservadores; noutras, não. Em primeiro lugar, o novo presidente, logo que assumiu o cargo, encravou na imprensa pernambucana um jornal ministerialista por excelência – *A Justiça* – para combater toda e qualquer possível crítica que os seus correligionários manifestassem contra o governo. Em segundo, procurou criar uma base política local de apoio a sua administração, alternativa genuinamente *guabiru*, com vistas à eleição que se aproximava. O que ele pretendia com esta articulação era eleger alguns de seus colaboradores na província para a Câmara dos Deputados e forjar em Pernambuco uma opinião pública conservadora, mais identificada com o governo. Ambos os procedimentos eram comuns ocorrer e de gerar problemas nas fileiras do partido da situação. O presidente Honório Carneiro Leão, por exemplo, agiu da mesma forma em Pernambuco na década de 1850 e também teve lá seus desentendimentos com os *guabirus*, tornando-se célebre por declarar, diante de um Cavalcanti, não ter ido governar aquela província sob o cabresto de ninguém!

Essa sua investida, entretanto, resultou em fracasso. O que parece sugerir que nem tudo se resolvia segundo a orientação do governo nas eleições. Pelo menos no caso do confronto envolvendo as facções do partido no poder, pois a eleição de 1852, em Pernambuco, de triste lembrança para os liberais, foi marcada por uma contenda dentro do próprio partido conservador, cujo desfecho deu ganho de causa muito mais ao partido *guabiru* que ao presidente.

Na imprensa, as contradições e hesitações dos editoriais da folha *A União* deixavam à mostra a ausência de qualquer consenso dos conservadores de Pernambuco em torno de uma lista de seus candidatos para a Câmara dos Deputados. Assim, num dia apresentavam a seu eleitorado uma chapa de apenas 10 candidatos ao invés de treze, talvez pensando em oferecer ao presidente as três vagas restantes, ou simplesmente iludi-lo com essa possibilidade; noutra, comunicavam o improvável, a inexistência de qualquer chapa *guabiru*, observando:

Cumpre-nos declarar para prevenir interpretações odiosas, que o artigo do nosso número anterior que hoje reproduzimos, recomenda por honra do partido e no interesse do seu futuro, a reeleição dos dez deputados atuais que a pretendem, não contém pensamento de hostilidade a esta ou aquela das novas candidaturas, **que aliás por não haver chapa e porque não tratamos dela** (...) ficam francas (grifos nossos)<sup>24</sup>.

Esse vai e vem de opiniões meio desencontradas nas páginas do principal órgão *guabiru* na imprensa, levou os *praieiros* a avaliarem da pior maneira possível a posição dos conservadores nesta eleição tão disputada entre eles:

Ao passo que nas demais províncias o partido dominante faz a sua chapa, é tal desorganização do partido ordeiro e a insubordinação de seus membros; e tão manifesta, a perda de força moral dos que se denominam chefes de tal partido; que se não atreverão a fazer uma chapa: limitarão-se a reproduzir timidamente os nomes dos atuais deputados, recomendando a sua reeleição (...) Não havendo chapa organizada de acordo entre os guabirus e o governo da província e tendo A União apresentado uma chapa de reeleição, que o presidente não apoia, mandou o governo declarar que A União não era órgão oficial.<sup>25</sup>

A ausência deste acordo, aliada à saída dos liberais da eleição, tornava previsível e aguardada a intensa competição eleitoral entre os conservadores em Pernambuco, até mesmo nas páginas da imprensa do Rio de Janeiro se noticiou a profusão de candidatos ali: ao todo dezoito divididos entre *novos, velhos, candidatos certos e incertos*<sup>26</sup>. Os *praieiros*, distantes das urnas, ficaram a apreciar o espetáculo do conflito eleitoral no “partido da ordem”, profetizando que, *quando brigam as comadres, sabem-se as verdades*.

Entretanto, na Câmara, a formação do Partido Parlamentar só se deu muito tardiamente, depois de concluída a eleição de 1852, quando os embates entre ambas as facções em luta, em Pernambuco, remontavam a 1851! É verdade que, em 1852, na proximidade de uma eleição, os parlamentares hesitassem em rebelar-se contra o governo, temendo desse uma represália nas urnas, preferindo esperar passar a eleição para mostrar sua verdadeira cara em plenário. Assim, enquanto no Senado vitalício os conservadores pernambucanos, já em 1852, na pessoa do Marquês de Olinda, afrontavam o gabinete, na Câmara os Deputados preferiam esperar passar o período eleitoral para se manifestarem em oposição ao gabinete. Porém, para o ano de 1851, distante de eleição, é de se estranhar o silêncio da bancada *guabiru* por tanto tempo.

Mais estranho ainda se levarmos em conta que alguns poucos deputados provinciais, que se posicionavam contra o governo, acumulavam também a função de deputados na Câmara. Tal acúmulo de cargo legislativo, inconcebível hoje, era perfeitamente legal no Império até 1881. De certo modo, esse comportamento dúbio da elite, em ambas as casas legislativas, traduz a força da unidade da elite imperial situada nas altas esferas do poder de se apartarem, por seu treinamento e convicções ideológicas, de posturas demasiadamente regionalistas, pelo menos até o ano de 1852.<sup>27</sup>

Na imprensa do Recife, ao contrário, os ataques dos *guabirus* ao governo da província eram permanentes e cada vez mais duros à medida que se aproximava a eleição. Tanto que *A União* exigia, da bancada pernambucana na Câmara, comunhão de forças em defesa dos interesses de sua província, criticando-a por não atuar na legislatura que findava nessa direção:

Parece que o artigo constitucional que habilita todos os brasileiros para o exercício dos cargos civis, administrativos e de importância política foi feito mais para o Sul do que para o Norte (...). E donde provém esse papel secundário (...) que há? proposto a Pernambuco e com ele (...) a todos os filhos dessa parte do Império? **Parece que da falta de unidade da deputação pernambucana na defesa do país** (...). Já não se trata de ter na redação do orçamento, de obter ou pedir nele algum quinhãozinho, alguma esmola (...). Trata-se hoje de atender em todas as localidades ao mérito que germina e trazê-lo e aproveitá-lo ao consumo geral (Grifo nosso).<sup>28</sup>

O ministério, por seu lado, parece que queria arranjar uma forma de trazer para a Câmara, deputados que lhe fossem os mais fiéis possíveis. Visando isso, apoiou a candidatura de indivíduos os mais alinhados com a presidência. Em vista disso, a partir da proximidade da eleição de 1852, as tensões e conflitos entre as facções conservadoras em Pernambuco chegarão ao seu ponto máximo. Não havendo de modo algum como conciliar as partes, inclusive em torno de uma questão sempre melindrosa nessas horas, a definição da chapa oficial dos candidatos do partido. Como sempre havia muito mais candidatos que cadeiras a serem ocupadas na Câmara, sempre que chegavam as eleições, os inúmeros pretendentes a um “lugarzinho ao sol” na política nacional, acabavam por se estranhar e confrontar, para integrarem a chapa oficial do seu partido. Formava-se nessa hora uma tradicional “dança das cadeiras” entre pares. Tal situação, muito comum de acontecer nas fileiras dos partidos às vésperas das eleições, se agravava quando neles já existia muita cizânia.

Na eleição de 1852, o desentendimento entre o presidente e os *guabirus* começou logo cedo. Para começar, não houve consenso sobre a chapa de partido, já que as listas de candidatos variaram muito na imprensa. A própria folha oficial do partido conservador, *A União*, foi publicamente descredenciada para esse posto pelo presidente, nas páginas do *Diário de Pernambuco*. Ato que prontamente recebeu a devida réplica dos ofendidos:

Dedicou um tempo que podia ser gasto com mais utilidade quem autorizou o diário de Pernambuco a declarar que *A União* não é órgão oficial (...). Periódico ordeiro e conservador, tem constantemente acompanhado e defendido o governo que mantém e respeita os princípios políticos que professa há tantos anos, porém nem por isso deixou em um só momento de ser folha e órgão do partido a que representa, para trocar esse honroso caráter pelo pomposo e vão título de órgão oficial.<sup>29</sup>

Se na imprensa não faltavam indícios da ausência de unidade dos conservadores nas eleições, o mesmo aconteceria na freguesia do Rio Formoso, à medida que se aproximava o dia do eleitorado comparecer às urnas. Velho reduto político dos *guabirus*, que inclusive responderam com violência à fundação de uma filial da Sociedade Liberal Pernambucana, ali tudo sugeria momentos difíceis para o presidente da província e seus aliados na eleição.

No Rio Formoso, tudo começou na eleição primária, quando duas facções conservadoras acabaram realizando cada qual a sua própria eleição, uma na matriz e outra na casa de uma autoridade local. Em consequência desse ocorrido, os eleitores, saídos de urnas diferentes terminaram se desentendendo e confrontando-se violentamente na eleição seguinte, que deveria escolher os deputados. Um grupo de eleitores era leal ao presidente e o outro, seu opositor.

A partir de então não houve acordo entre as duas partes em litígio, optando o governo e os *guabirus* por travarem combate aberto na imprensa e romperem definitivamente suas relações, especialmente depois que *A União* publicou o resultado da eleição primária contrária à clientela do presidente da província.

A vitória eleitoral pendeu para os candidatos *guabirus* “da gema” e opositores do presidente, embora Antônio Ribeiro, com a máquina governamental em suas mãos, conseguisse levar à Câmara alguns de seus aliados na condição de suplentes. Por outro lado, nem tudo girou em torno dessa dicotomia entre os prós e contras o governo. Houve *guabirus* que não se alinharam com seus correligionários na guerra contra o

presidente, mas reconheceram como legítima as críticas e insatisfações deles feitas à administração. Esses tiveram sucesso nas urnas, como Nabuco de Araújo. Porém, dois candidatos eleitos, dão bem uma ideia dos resultados para ambos os lados em confronto. O secretário de governo Honório Pereira de Azevedo Coutinho e candidato do presidencial “a ferro e fogo” obteve apenas uma suplência. Já o segundo deputado *guabiru* mais votado foi justamente Figueira de Melo, o ex-chefe de polícia destituído do seu cargo pelo presidente antecessor de Antônio Ribeiro por desafiar-lo. Portanto, um político nada afinado com o gabinete, e muito menos com os seus rerepresentantes no governo de Pernambuco, obteve uma estrondosa e emblemática vitória eleitoral. Também deputados provinciais que hostilizavam o presidente na Assembleia Provincial elegeram-se para a Câmara, como o Barão de Camaragibe e o Monsenhor Pinto de Campos.

Ao término do processo eleitoral houve especulações, especialmente da parte dos liberais, de que no seu curso o governo e os *guabirus* teriam talvez acertado suas rixas e rivalidades, chegando a um acordo quanto aos seus candidatos. Entretanto, seria um pouco equivocado imaginar que isso aconteceu. Uma pista de que não se estabeleceu essa conciliação está no comportamento da maioria dos deputados *guabirus*, nova legislatura da Câmara. Ressentidos com comportamento do ex-presidente Antônio Ribeiro, agora também deputado, passaram a agredi-lo em plenário, sistematicamente, recebendo de sua parte a devida réplica na mesma moeda. O ex-presidente havia saído candidato não pela província de Pernambuco, mas certamente sua vitória eleitoral devia-se aos seus serviços prestados ao Gabinete ali.

Saindo desgastado da eleição, o presidente nem assim deu trégua aos *guabirus* nos últimos momentos de sua administração. Valendo-se do pretexto de uma cruzada contra a impunidade de muitos crimes ocorridos na Província, da noite para o dia ele mandou prender, processar e julgar pessoas suspeitas de autoria, ligadas ao partido conservador. Porém, enquanto as autoridades policiais e judiciais cumpriam as ordens do presidente, os jurados desobedeciam-nas, absolvendo a maioria dos réus.<sup>30</sup>

A briga interminável entre o presidente e seu partido prosseguiu na província sem que Antônio Ribeiro alcançasse sequer uma vitória significativa sobre seus adversários. Pouco antes de regressar à Corte, ele sofreria um último revés, agora na Assembleia Legislativa, ao ver o seu pedido de aumento do contingente militar ser vetado. Ao término da votação, 17 deputados votaram contra e 11 favoráveis ao

presidente<sup>31</sup>. Entre os que votaram contra achavam-se parte dos deputados recém-eleitos para a nova legislatura da Câmara. Alguns deles, inclusive, eram candidatos à reeleição. Na nova legislatura, longe estaria, a maioria da bancada *guabiru*, de manter-se e de apoiar o ministério.

Vitoriosos em sua província na contenda com o presidente nas urnas, já cansados de tantos desentendimentos com essa autoridade delegada do governo central, os *guabirus* já começaram a se mobilizar para enfrentar o governo, na nova legislatura, agora, numa esfera mais elevada que a provincial, aliando-se a outras bancadas também descontentes com o ministério, pelos mesmos motivos que os seus. O governo, por seu lado, talvez pressentindo o pior na nova Câmara, tentou logo aplacar a ira e o descontentamento dos *guabirus*, substituindo o presidente Antônio Ribeiro por um outro.

O presidente indicado foi José Bento da Cunha Figueiredo, um deputado suplente da bancada pernambucana na nova legislatura da Câmara. Natural de Pernambuco e constando da lista de dez deputados apresentado pela *União*, parecia ser um bom nome indicado para estabelecer a concórdia “no partido da ordem”, naquela província. E seria mesmo. Afinal, ele ficaria no cargo por quatro anos, coisa que não se via há muito tempo na presidência de Pernambuco! Nesse período, não se soube mais de conflitos entre o governo e seus pares.

Mas, àquela altura, tal decisão, às portas do início das sessões da nova Câmara, chegava tarde demais. Vitoriosos nas urnas da sua província, o que os *guabirus* almejavam, agora, era a mudança do ministério, ao qual não conseguiam mais depositar confiança. Para tanto, trataram de organizar uma oposição que fez do caso das presidências de Pernambuco um dos principais alvos de seus ataques ao gabinete. No Rio, o balanço das eleições no *Correio Mercantil*, também acusava o sucesso eleitoral de diversos candidatos conservadores pouco afinados com o ministério por todo o país<sup>32</sup>. Isso só animava ainda mais os *guabirus* na montagem de um *partido parlamentar*, como era designado, à época, as formações parlamentares contrárias ao governo, integradas por seus pares.

Por fim, cabe destacar ainda outras questões também responsáveis, em menor grau, pelo advento do *Partido Parlamentar*. A insatisfação dos pernambucanos pela ausência de suas lideranças nos gabinetes e suas desconfianças com relação ao Banco do Brasil, devido às implicações para o desenvolvimento do “Norte Agrário”, não

podem ser esquecidas nesse contexto. Essas mesmas insatisfações também motivaram outras bancadas na Câmara a fazer coro com os pernambucanos em sua luta. Em setembro de 1853, o gabinete Rodrigues Torres seria substituído pelo do Marquês de Paraná. O novo governo, conhecido como o da “Conciliação política”, desagradava aos *guabirus* quanto à política geral, porém, no que dizia respeito à presidência da sua província, a paz voltaria a reinar entre ambos. Por outro lado, a indicação de um deputado *guabiru* para o ministério da Justiça (Nabuco de Araújo), bem como a colocação no topo da listas dos vice-presidentes do chefe supremo dos *guabirus* em Pernambuco, o Visconde de Camaragibe, muito contribuíram para por fim àquela oposição parlamentar, na qual os conservadores de Pernambuco se projetaram. Apesar do fim da referida oposição em bloco e sistemática ao novo gabinete, em votação de grande importância para a concretização do programa de conciliação entre os liberais e os conservadores no Império, parte dos *guabirus* ainda se destacaram por sua rebeldia contra o governo. Seria assim por ocasião da votação do projeto de eleitoral de 1855 (Lei dos Círculos)<sup>33</sup>, apesar da ameaça do chefe do gabinete de dissolver a Câmara, caso ela pretendesse obstruir sua reforma.<sup>34</sup>

Conforme vimos, os motivos que estavam por trás dessa crise intrapartidária em Pernambuco, guardavam relação com uma conjuntura política que teria levado o governo central a deixar os *guabirus* isolados ou neutralizados em relação às presidências de sua província. Porém, mesmo quando o governo se posicionou menos tolerante com o partido liberal de Pernambuco, ainda assim não encontrou respaldo entre seu partido. Isso porque sua ação na eleição de 1852 contrariou a vontade expressa dos conservadores nessa província. Tal situação aponta para um problema estrutural advindo da centralização política no Império, que acabava, às vezes, por sufocar e constringer a expressão, a voz e os interesses das bases políticas regionais dos partidos no poder. Mas, apesar da centralização, o conflito em questão sugere que as lideranças regionais (provinciais) mantinham teias de relações fortes com os representantes do Parlamento imperial. Através dessas articulações, os interesses regionais eram defendidos na Câmara e no Senado, apesar da unidade ideológica e treinamento da elite imperial que ocupava as instâncias centrais do poder. Elite da qual se esperava uma conduta mais comprometida com as questões nacionais que com as de cunho regional. Por trás da formação do “Partido Parlamentar” aqui analisado, pois houve outros na história do Império, pode-se ainda concluir que os partidos não

caminhavam tão a reboque da vontade do governo como os contemporâneos do Império gostavam de afirmar.<sup>35</sup>

<sup>1</sup> Sobre o Partido Parlamentar, consultar: Francisco Iglesias. Vida Política, 1848-1966. In Sérgio Buarque de Holanda (Org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico. Reações e transações*. 2ª edição, São Paulo, DIFEL, Tomo II, v. 5, 1969; NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. São Paulo: IPE - Instituto e Progresso Editorial, Vol. 1, 1949 e PINHO, Wanderley. *Cotegipe e o seu tempo*. Rio de Janeiro, Coleção Brasileira, Editora Nacional, 1945.

<sup>2</sup> CARVALHO, J. Murilo. *A construção da ordem: a elite político imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O Autor prefere denominar a elite de projeção nacional de “elite Imperial”. Outras obras que tratam do tema da elite imperial são MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*, São Paulo, 1990 e, mais recentemente, MARTINS, Maria F. Vieira. *A velha arte de governar. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

<sup>3</sup> “As presidências conservadoras tinham-se sucedido desde 1848 sem contentar o Partido na Província. Apenas Manoel Tosta, por causa da defesa do Recife, despertou entusiasmo; as outras foram todas sustentadas, quando não francamente combatidas por ele”. Nabuco, Joaquim. *Um Estadista... Op. Cit*, p. 142.

<sup>4</sup> “Em Pernambuco, a praieira deve ser entendida não como a contestação das medidas centralizadoras da década de 1840, mas como resultado das disputas em torno do governo provincial (...). A prevaência de uma ou outra facção passava pelo controle dos cargos provinciais, em essencial a Assembleia Legislativa (...)”. DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial. Origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo Editora, 2005, p. 219.

<sup>5</sup> A Bahia também, na década de 1850, pôde ser governada por políticos baianos, como Cotegipe e Gonçalves Martins, nomes de projeção nacional e de fortes vínculos com seu partido na sua província.

<sup>6</sup> A *União* de 09.03.1853, “Comunicado”, pp 2-3. Figueira de Melo também se referiu a esta lista no discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 04.06.1853. Só após a saída do Gabinete Rodrigues Torres, em 1853, esta lista foi afinal atualizada com o nome dos seis vices ao gosto dos *guabirus*. O Visconde de Camaragibe, o chefe do partido conservador em Pernambuco, encabeçava a lista. Arquivo público Estadual Jordão Emereciano (APEJE), RECIFE.

<sup>7</sup> Carvalho, José Murilo de. *Op. cit.* p. 125.

<sup>8</sup> Texto d’A *União*, citado no *Liberal Pernambucano*, 11.11.1853, “A União e a nomeação dos vice-presidentes”, p.1, APEJE.

<sup>9</sup> Marquês de Monte Alegre (José da Costa Carvalho), em 1851, substituiu o Marquês de Olinda na chefia do Gabinete, em 29 de setembro de 1848 e Rodrigues Torres dirigiu o ministério seguinte, a partir de 11 de maio de 1852.

<sup>10</sup> *O Correio do Brasil* do Rio de Janeiro (27.04.1853), artigo transcrito nas páginas da folha governista de Pernambuco *A Justiça*, 27.04.1853, “Negócios de Pernambuco”, p. 2-3, APEJE.

<sup>11</sup> *A Imprensa*, 18.02.1851, “O Enigma explicado”, p.2, APEJE.

<sup>12</sup> Pinto Campos foi eleito para a Câmara dos Deputados em 1853, onde proferiu frequentes e inflamados discursos contra o Gabinete Rodrigues Torres. Sobre o conflito entre o presidente e deputados provinciais. FUNDAJ (Fundação Joaquim Nabuco), Recife, o *Diário de Pernambuco*, 02/03/1852, “Assembleia Provincial”, p. 1.

<sup>13</sup> *A Imprensa*, 18.04.1852, p.1. O jornal comunica a visita realizada pelos liberais a Felipe Lopes Neto, na ocasião preso no Brum, para tratar de assuntos eleitorais e do pedido de anistia dos envolvidos na Praieira dirigido ao Imperador.

<sup>14</sup> *A Imprensa*, 11.02.1851, “O estado da província”, p. 1, APEJE.

<sup>15</sup> *A Imprensa*, 22.01.1851, “O contrabando de africanos” pp. 1 e 2, APEJE.

<sup>16</sup> Estatuto publicado no jornal *O Liberal Pernambuco* de 07.07.1852, e n’ *A Imprensa* do dia 22.12.1852.

<sup>17</sup> “Relatório ao Ministro da Justiça”, *Diário de Pernambuco*, 15.06.1852, pp. 1-2, APEJE.

<sup>18</sup> *A Imprensa* e *O Liberal Pernambucano* dos anos de 1851, 1852 e 1853, e *Coleção Polícia Civil* (v. 43, p. 60 e v. 42, p. 457-458, ano 1852). APEJE, Recife.

<sup>19</sup> Senado, sessão datada de 13.08.1852. *Anais do Senado Imperial, ano de 1852*, Brasília: Editora do Senado Federal, 1978. 13.08.1852.

<sup>20</sup> *Jornal A Imprensa*, 07.01.1852.

<sup>21</sup> *A Imprensa*, 18.03.1852

<sup>22</sup> *Diário de Pernambuco*, 02.03.1852, “Assembleia Provincial”, p.1, FUNDAJ.

<sup>23</sup> *A Imprensa*, 26.03.1852, p.1, APEJE.

<sup>24</sup> Artigo do jornal *A União*, transcrito na Folha *O Liberal Pernambucano*, de 18.11.1852, APEJE.

<sup>25</sup> *O Liberal Pernambucano*, de 30.11.1852.

<sup>26</sup> *O Correio Mercantil*, de 30.11.1852.

<sup>27</sup> Da parca historiografia dedicada ao estudo das assembleias províncias e de sua elite política, destacamos, além da obra de Mirian Dolhnikoff já citada, os trabalhos de Maria de Fátima Silva Gouvêa. *O Império das províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Civilização Brasileira, 2008 e de Kátia M. de Queirós Mattoso, *Bahia. Século XIX. Uma província no Império*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

<sup>28</sup> *A União* de 04.01.1853, “Comunicado”, p.2, APEJE.

<sup>29</sup> *O Liberal Pernambucano*, 02.12.1852, “A União n. 513 e a declaração do Diário de Pernambuco”, p. 1, APEJE.

<sup>30</sup> Sobre os processos e perseguições movidos por ordem da presidência contra os conservadores de Pernambuco, após as eleições de 1852, ver os Anais da Câmara, sessão de 04.07.1853. *Anaes da Câmara do Parlamento Brasileiro Câmara dos Senhores Deputado, ano de 1853*. Brasília: Editora da Câmara dos Deputados, 198.

<sup>31</sup> *Liberal Pernambucano*, 18.03.1853, “O Sr. Ribeiro derrotado na Assembleia Provincial”, p.1.

<sup>32</sup> *Liberal Pernambucano*, 15.01.1853, “O ministério e as eleições na província e no Império”, p.2 e *O Liberal Pernambucano*, 07.06.1853, “A fisionomia da nova Câmara”, p. 3. Ambas as matérias foram transcritas do *Correio Mercantil*. APEJE.

<sup>33</sup> ROSAS, Suzana Cavani. *Os Emperrados e os Ligueiros. A História da conciliação em Pernambuco (1849 – 1857)*. Recife, tese de doutorado/ Pós-Graduação em História da UFPE, 1998, p. 195.

<sup>34</sup> Dos trezes deputados de Pernambuco, todos conservadores, cinco votaram contra a referida reforma eleitoral.

<sup>35</sup> “*Os partidos em nossa terra não podem coisa alguma contra a vontade do governo, e só a fraqueza do poder e a pouca vontade de os sujeitar à disciplina é que traz as derrotas, quando as tem havido*”. Monte Alegre APUD Nabuco. *Um Estadista... Op. cit.*, Tomo I, p. 130.